



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Jaguariúna, 12 de junho de 2019

Ofício n.º 529/2019. - PRE

Senhor Prefeito

Atendendo solicitação da Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade (cópia anexa), passamos às mãos de Vossa Excelência cópia da **Ata da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 1º Quadrimestre de 2019**, realizada aos 31 de maio do corrente, por esta Casa de Leis.

Limitados ao exposto, apresentamos a Vossa Excelência os nossos reais protestos de elevada estima e distintíssima consideração.

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente

À Sua Excelência o Senhor
Márcio Gustavo Bernardes Reis
Prefeito Municipal
Jaguariúna – S.P.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Jaguariúna, 11 de junho de 2019

Ao Senhor

Vereador Walter Luís Tozzi de Camargo


Presidente da Câmara Municipal

Nesta

Senhor Presidente,

Solicitamos os bons ofícios de Vossa Excelência, no sentido de encaminhar ao Senhor Chefe do Poder Executivo Municipal uma cópia, autenticada pela Secretaria desta Casa, da Ata da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 1º Quadrimestre de 2019, acontecida no dia 31 de maio de 2019, nesta Câmara Municipal.

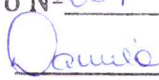
Atenciosamente,


VEREADORA CÁSSIA MURER MONTAGNER
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade

PROTOCOLO

Nº de Ordem 846

Fls. Nº 002 Livro Nº 039

12/06/19 
Secretária



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ata da Audiência Pública, para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 1º Quadrimestre de dois mil e dezenove, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101, de 04 de maio de 2000), convocada através do Edital de Convocação nº 008/2019, datado de 13 de maio de 2019, realizada no dia trinta e um de maio de dois mil e dezenove, às dezoito horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato” da Câmara Municipal de Jaguariúna, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, nesta Cidade. Presidente Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo. Vice-Presidente Sra. Cássia Murer Montagner. Secretários Srs. Afonso Lopes da Silva e Cristiano José Cecon. Presentes os Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Cássia Murer Montagner, Luiz Carlos de Campos e Walter Luís Tozzi de Camargo. Deixaram de comparecer os Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e Taís Camellini Esteves. Presente, também, a Sra. Cristina Aparecida Rossi Serra, Secretária Municipal de Administração e Finanças, convidada, especialmente, para fazer as explanações a respeito das Metas Fiscais, sendo que a mesma fez parte da Mesa. Inclusive com estas autoridades, estavam presentes na Sala das Sessões, aproximadamente, quinze pessoas, conforme consta de Lista de Presença anexada ao Processo. O Sr. Presidente da Casa, Vereador Walter Luís Tozzi de Camargo, cumprimentou a todos e deu início à Audiência Pública dizendo que naquele dia eles teriam audiência pública sobre Metas Fiscais com a Comissão Permanente de Finanças da Câmara Municipal e na presença da Secretária de Finanças, Sra. Cristina Serra, que estaria expondo todo o conteúdo do último quadrimestre financeiro da Administração Pública; lembrou que aquela audiência seria transmitida através da página da Câmara Municipal, no “Youtube”, onde os que os assistiam pelas redes sociais, que os assistiam pela internet, poderiam fazer perguntas através do email: imprensa@camarajaguariuna.sp.gov.br, sendo que a pergunta que viesse pela internet poderia ser respondida ali, ao vivo, durante a audiência ou posteriormente encaminhada resposta a quem os solicitava; a seguir, disse que, naquele momento, para iniciarem os trabalhos, solicitou a presença da Presidente da Comissão Permanente, Vereadora Cássia Murer Montagner para assumir os trabalhos da Mesa e dar continuidade à audiência pública, e desejou a todos uma boa noite; a Sra. Cássia Murer Montagner, Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade cumprimentou a todos, ao Presidente Walter e o agradeceu pela apresentação, e convidou para compor a Mesa o Vereador Luiz Carlos de Campos, Bozó, que fazia parte da Comissão e convidou a Secretária Cristina Serra para fazer as explanações; todos apostos à mesa, a Sra. Presidente cumprimentou a Sra. Secretária, agradecendo-a pela presença, cumprimentou às pessoas de casa que estavam lhe acompanhando, e que ficassem à vontade, e que eles estavam naquele novo modelo dessa participação popular, disse à Cristina, e que se as pessoas em casa tivessem perguntas, para ela, para todos, e a Secretária pudesse responder ali, ao vivo, ela iria fazer, senão ela iria responder depois por email, e que era um momento bom de

[Handwritten signature]
10/11



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

interagir, e a seguir, passou a palavra à Sra. Cristina Aparecida Rossi Serra, Secretária Municipal de Administração e Finanças, que cumprimentou a todos, aos Vereadores presentes, à Mesa composta e a todos os presentes, aos servidores da Casa também, e disse que eles iam, naquele dia, tratar do assunto do cumprimento das Metas Fiscais do primeiro quadrimestre do exercício de dois mil e dezenove, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, à transparência; disse que no primeiro slide se tratava das Receitas arrecadadas no primeiro quadrimestre daquele exercício, e que eles destacaram as maiores Receitas e formaram alguns grupos para que não ficasse muito extenso, aquele material iria ficar disponível, e a Secretaria de Finanças e Contabilidade também à disposição para retirar qualquer dúvida, ou qualquer questionamento, ou a abertura dos números, além deles terem o portal da transparência ela colocava a Secretaria à disposição; disse que dentro do grupo "Receitas Correntes", do valor previsto em orçamento de quatrocentos e trinta e dois milhões novecentos e cinquenta e oito, seiscentos e vinte e dois e trinta e três, foram arrecadados cento e quarenta e seis milhões, quinhentos e sessenta e seis, duzentos e oitenta e três e setenta e dois, representando trinta e três vírgula oitenta e oito do orçamento previsto; da Receita de IPTU, do valor previsto de dezesseis milhões, duzentos e oitenta e um, quatrocentos e onze e quarenta e um, o valor realizado de sete milhões, novecentos e setenta e dois, quinhentos e vinte e um e oitenta e cinco, representando quarenta e oito ponto noventa e seis por cento da Receita prevista para o exercício de dois mil e dezenove, sendo que o primeiro quadrimestre tinham uma particularidade em relação ao IPTU, do vencimento da cota única, e o restante ia sendo pulverizado durante os meses, mas o "plus" da arrecadação de IPTU era naquele primeiro quadrimestre; ISSQN, valor previsto de trinta e seis milhões, oitocentos e oitenta e um e seiscentos, arrecadaram dez milhões, duzentos e vinte e dois, setecentos e sessenta e nove e quinze, representando vinte e sete ponto setenta e um por cento da arrecadação, e que ali eles já estavam prevendo que, realmente, o valor estimado podia ser que eles não conseguissem arrecadar os cem por cento, e como era uma das principais Receitas próprias, eles já começaram a tomar algumas medidas, tanto do aumento da arrecadação com o novo sistema que ele fazia a checagem junto com a Receita Federal, no valor que as empresas declaravam e o que era declarado ao Município, e as divergências, eles já soltaram as primeiras notificações do mês para que se tomassem as providências, além do contingenciamento do custeio do município; FPM, trinta e cinco milhões, duzentos e oito e seiscentos, foram arrecadados dez milhões, novecentos e cinquenta, dois, três, meia e nove três, representando trinta e um ponto dez por cento e que isso já estava bem próximo do previsto em orçamento; ICMS de duzentos e nove milhões e setecentos, foi arrecadado sessenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e nove, novecentos e oitenta e três e oitenta e um, representando trinta e três ponto vinte e um também do previsto em orçamento; as Demais Receitas Correntes, previsto de cento e sessenta e quatro milhões, sete meia oito, quinhentos e oitenta e sete, oitenta e oito, arrecadados, sessenta e dois milhões, quatrocentos mil, novecentos e trinta e oito e noventa e nove, representando trinta

[Handwritten signature]
2



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

e sete ponto oitenta e oito por cento, e que ali eles podiam observar, dentro das “Demais Receitas Correntes”, estavam incluídas as transferências para custeio, e que ali, a Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde, dentro daquilo que estava sendo desenvolvido dos projetos que tinham sido apresentados, para as outras esferas de Governo, eles perceberam uma reação em relação àqueles trinta e sete e oitenta e oito, que aquele valor era composto, inclusive por aquelas transferências; disse que o Fundo Especial de Previdência Social de Jaguariúna, que era o JaguarPrev, vinte e um milhões, seiscentos e cinquenta e um mil do previsto, foram arrecadados três milhões, trezentos e dois, trezentos e vinte e quatro e quarenta e sete, menos as Contas Redutoras para a composição do FUNDEB, previsão de cinquenta e um milhões, quinhentos e trinta e dois, cinco meia meia, nove meia, deu dezessete milhões, novecentos e quarenta e dois, quatro nove um e quarenta e oito, que era exatamente vinte por cento, desses impostos e transferências que estavam destacados dentro dos parênteses; Receitas de Capital, a previsão era de dezessete milhões, zero vinte e cinco, dois sete nove, meia três, a arrecadação real, seiscentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e quatro e cinco meia, composta por transferência de convênios, estimado em dezesseis milhões, quinhentos e vinte e cinco, dois sete nove, meia três e a arrecadação de seiscentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e quatro e cinco meia; Alienação de Bens, uma previsão inicial de quinhentos mil, e que eles estavam em período de avaliação de alguns bens inservíveis, já, dentro da Secretaria e que já estava para levantamento de valores, ainda não foi concluído, observando que a Receita de Alienação de Bens, ela só podia ser aplicada em investimentos para o Município, e que ela não podia pegar alienação de bens e pagar qualquer despesa de custeio, ela tinha que reinvestir para que não houvesse uma queda no capital do Município; disse que dentro dos trezentos e noventa e oito milhões, quatrocentos e cinquenta e um, trezentos e trinta e cinco previstos, eles arrecadaram cento e vinte e nove milhões, trezentos e nove, três nove meia e oitenta, trinta e dois vírgula quarenta e cinco por cento do previsto; a Sra. Presidente pediu a palavra, pedindo desculpa por interromper a Sra. Cristina, mas ela achava que não tinha deixado claro o email no qual as pessoas podiam enviar as perguntas, que era imprensa@camarajaguariuna.sp.gov.br; a seguir, a Sra. Cristina Serra tomou novamente a palavra, dizendo que dando sequência eles tinham um gráfico pizza representando a fatia que cada Receita representava no total arrecadado, e que, na verdade, o ICMS compunha os trinta por cento do total arrecadado no quadrimestre, e que a média deles anual da arrecadação do ICMS era em torno de quarenta e quatro, quarenta e cinco por cento da arrecadação do Município; disse que dentro de tudo o que eles arrecadaram, podiam ver que as Demais Receitas tinham dado vinte e um, o ICMS vinte e oito, IPTU deu três, ISSQN, que era uma Receita que eles vinham, a partir de agora, com o novo sistema, o incremento dessa Receita, era um dos principais objetivos, que era a maior Receita própria, era onde eles não tinham essa... e que na verdade, as informações que eram prestadas para o Município, elas não tinham como comparar o declarado da Receita Federal, e no



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

hoje, o sistema novo começou a fazer esse trabalho, e já tinham tomado as primeiras providências, porque eles tinham situações de mês que já desenquadraram e não informaram, porque pela Receita Federal, já tinham desenquadrado pelo valor de faturamento; disse que no ISSQN eles iriam dar uma atenção muito especial, já começando naquele ano, com a regularização; o próximo quadro, falava da Arrecadação de ICMS de 2019, do primeiro quadrimestre, ela fez aquele comparativo, deu sessenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e nove, novecentos e oitenta e três, oitenta e um bruto, e que disso se tirava vinte por cento que era o valor que se tinha a liberdade de utilização, e que ela fez, também, um gráfico do comportamento do ICMS, e que ali, em comparação do ano anterior, e que no ano anterior, em abril, eles tiveram uma queda, e que eles tiveram um aumento ali em abril, porém, em maio, a primeira semana de maio que refletia a última semana de abril, foi um susto, e que na próxima audiência eles teriam a oportunidade de ver, e a Sra. Presidente perguntou se foi para baixo, e a Sra. Secretária disse que foi muito e que, na verdade, o arrecadado, o repassado, efetivamente, estava menor ainda, do que previsto; disse que tiveram semanas de arrecadar cem mil a menos, e que cem mil era um valor representativo para eles, e quantos fornecedores, se conseguia, pequenos, conseguiam pagar com cem mil reais, e que a variação do ano passado, da queda de abril caiu para eles para maio, por questão de dias da semana mesmo; o próximo quadro falava das Despesas de dois mil e dezenove, e que o valor previsto de Despesas Correntes no valor de trezentos e cinquenta e três milhões, quatrocentos e quarenta e um, quatrocentos e setenta e cinco e dezoito, e que eles tiveram Despesas efetivamente liquidadas que eram aquelas, que ela voltava a repetir, que eram as notas fiscais que já chegaram na Prefeitura, e que a Despesa ela tinha três momentos de execução, quando se empenhava, quando liquidava, e quando pagava; a Despesa liquidada não podia ser cancela; o Sr. Luiz Carlos de Campos pediu a palavra, perguntando à Sra. Cristina sobre uma dúvida, e que ele sabia que, depois, no final... e, primeiramente, cumprimentou a todos, depois, ao final, eles fariam os questionamentos, mas ele, naquele quadro que ela tinha colocado naquele momento, era que tinha um quadro de dois mil e dezenove, no caso, que estava os valores mensais, e depois ali, no outro quadro, era que estava ali o "ICMS 2018", e que não tinha nada a ver, perguntou, porque os valores eram iguais ali, confirmou com ela; a Sra. Cristina verificou e viu que estava errado, que era dezenove, e que podia ver e conferir, e que tinha que substituir, então, e o Sr. Luiz Carlos de Campos disse que achava que iria fazer um comparativo, por isso que ele estava perguntando; a Sra. Cristina disse que iria substituir, e o Sr. Luiz Carlos disse que estava tranquilo, e a Sra. Secretária disse que os valores eram os mesmos; voltando ao quadro das Despesas, do valor orçado, trezentos e cinquenta e três, quatrocentos e quarenta e um, quatrocentos e setenta e cinco e dezoito, eles liquidaram cento e quarenta milhões, trezentos e setenta e sete, oitocentos e cinco e noventa e quatro, pagaram cento e dezenove, cento e nove, setecentos e nove e noventa e seis; disse que ali aquela questão da liquidação, entre o pago, a diferença entre um e outro, eram folhas e encargos, que eles empenhavam para poder pagar no mês seguinte;

[Handwritten signature]
4



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Pessoal e Encargos que era a composição dessa Despesa Corrente, de cento e quarenta e cinco, oitocentos e doze, quinhentos e setenta e três, oitenta e sete, liquidaram sessenta e dois milhões, sete meia quatro, quatrocentos e dezenove e sessenta e sete, e pagaram cinquenta e um, oitocentos e setenta e cinco, zero dezessete e dezessete; Outras Despesas Correntes, duzentos e sete milhões, seiscentos e vinte e oito, novecentos e um e trinta e um, valor previsto, realizado setenta e sete milhões, seiscentos e treze, três oito meia e vinte e sete, e pago, sessenta e sete, duzentos e trinta e quatro, meia nove dois, sete nove; dentro das Despesas de Capital, a previsão de quarenta e seis, quinhentos e setenta e um, sete cinco nove, oito dois, e disse que, na verdade, faltou a demonstração do orçamento da alienação; na verdade, foram investidos dois milhões, oitocentos e trinta e nove, quinhentos e sete e quarenta e três, liquidado, e o pago, três oitocentos e quarenta e oito, dois três sete, sete sete; disse que o pago estava maior porque a liquidação provavelmente foi bem menor e eles pagaram Restos a Pagar, ali, que eram classificados em investimentos, também; Reserva de Contingenciamento no valor de quarenta milhões, duzentos e noventa mil, totalizando um valor previsto de quatrocentos e quarenta, trezentos e três, duzentos e trinta e cinco; liquidado, cento e quarenta e três, duzentos e dezessete, trezentos e vinte e três e trinta e sete, e o pago, cento e vinte, setecentos e trinta e quatro, novecentos e cinco e noventa e oito; o próximo quadro trazia uma demonstração do Pessoal e Encargos com relação ao total gasto, deu quarenta e quatro por cento de Pessoal; cinquenta e quatro por cento, Outras Despesas Correntes e dois por cento como Despesas de Capital; o próximo quadro trazia uma posição de Restos a Pagar de dois mil e doze, de dois mil e quatorze, e dentro desses Restos a Pagar eles tinha também algumas, como eles iriam observar, também, no exercício de dois mil e dezessete, que tinha um valor muito pequeno ainda para eles pagarem, e disse que quando havia falecimento de servidor e tudo, enquanto não saía a legalização, o processo, para que o dependente viesse a receber, eles não podiam cancelar aquele empenho, e que, juridicamente, eles tinham que deixá-lo em aberto, e que a hora que chegasse a autorização eles podiam pagar; de dois mil e doze, trezentos e quarenta e três, quatrocentos e doze e quinze; de dois mil e quatorze, trezentos e trinta e quatro, quinhentos e seis, oito três; dois mil e quinze: um milhão, novecentos e trinta e um, quatrocentos e oitenta, noventa e sete; dois mil e dezesseis: dois milhões, cento e um, oitocentos e vinte e oito e vinte e sete, e que tinham pago muita coisa de dois mil e dezesseis, naquele quadrimestre, e que em dois mil dezessete eles conseguiram quitar tudo, tudo o que eles tinham de Restos a Pagar eles liquidaram, e comentou que ela estava esquecendo de passar os slides, e a Sra. Presidente perguntou se ela queria que ela passasse, e a Sra. Secretária pediu desculpas; continuou dizendo de dois mil e dezoito eles tinham um resto de três, duzentos e cinquenta, que se referia àquela situação que ela tinha colocado para todos; no próximo quadro tinha um gráfico do que ela tinha em Restos a Pagar, e que ia ressaltar que não era Dívida Consolidada isso, Restos a Pagar que constava lá no Tribunal, que eram compostos, exatamente, de empenhos liquidados que eles não podiam cancelar sem autorização, eram



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

despesas que foram confirmadas, foram aquisições, foram serviços, que era diferente da Dívida Consolidada, que era a longo prazo; o próximo quadro trazia um resumo para que eles pudessem visualizar, e que os de dois mil e doze a dois mil e dezesseis, conforme eles tinham disponibilidade de caixa eles iam pagando, totalizando quatro milhões, setecentos e quatorze, quatrocentos e setenta e oito e vinte e dois; o próximo quadro falava da Dívida Consolidada, e que a posição dela era de trinta e três milhões, duzentos e setenta e dois, quatro oitenta e seis, no primeiro quadrimestre, e no próximo quadro falava de um desdobramento da composição dessa Dívida, e que eles tinham alguns parcelamentos do JaguarPrev, o último feito entre os exercícios de dois mil e quinze e dois mil e dezesseis, tinham um saldo lá de três milhões, cento e sessenta e cinco, seiscentos vírgula vinte e oito; CETESB que se referia à multas ambientais, por alguns serviços que eles já conseguiram, inclusive, naquele primeiro quadrimestre, já ativar a questão dos aeradores, do esgotamento, da limpeza do esgoto, e que era ali que aquelas multas eram referentes, e que eles estavam acompanhando bem de perto, e já foi feita licitação, os aeradores já estavam instalados, enfim, para evitar futuras; o PASEP também tinha um parcelamento de oitenta e três, cento e setenta e seis e vinte; Secretaria de Estado da Educação, que era o repasse dos professores que exerciam cargos do Estado, duzentos e quarenta e nove, meia nove oito, oito oito, e que se não lhe falhava a memória, ela não teve tempo de checar, mas parecia que faltavam duas parcelas para eles finalizarem aquilo ali; Fornecedores, vinte e nove milhões, quatrocentos e setenta e oito, novecentos e trinta e oito e noventa, e que eles tinham ali alguns casos que o Tribunal pediu uma justificativa, e que eles justificaram, alguns viraram precatórios, outros eles parcelaram e alguns acabaram prescrevendo, e já tinha ações e eles estavam aguardando o momento de reparcelar isso daí; disse que o próximo quadro era a composição da Receita Corrente Líquida, tinham as Receitas Correntes, menos o Jaguar Prev, Plano Previdenciário e do FUNDEB e chegavam a um total da Receita Corrente Líquida de trezentos e quarenta e cinco milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, cinquenta e um reais e vinte e sete centavos; as Aplicações com base em cima da Receita Corrente Líquida, tinham trezentos e cinquenta e dois, dois oito cinco, um seiscentos e oitenta, setenta e sete; tiveram a Despesa com Pessoal de cento e quarenta e sete milhões, quatrocentos e trinta e nove, trezentos e vinte e seis e dezesseis e o percentual em relação à Receita Corrente Líquida estava quarenta e um ponto oitenta e cinco; disse que no mês de maio, naquela semana mesmo, ela assinou várias rescisões da Educação, um montante bem alto e estavam em processo de contratação daquele processo seletivo da Educação, então, estavam contratando e demitindo, e até abril aquela era a posição, em maio aquilo já foi alterado, já subiu, e tiveram as rescisões, porém, estavam em processo de contratação e a partir de maio entrava o reajuste do servidor lá, então, houve também uma adequação da alíquota do Jaguar Prev que também iria ser considerada, e que lá foi aquele momento da transição de um processo seletivo, de um concurso que terminou e estava em fase de contratação naquele momento; no outro quadro atinham as Receitas de Impostos, que eram os

[Handwritten signature]
6



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

impostos municipais no total de vinte e dois milhões, quinhentos e oito, trezentos e sessenta e um e oitenta; transferências da União, no valor de dez milhões novecentos e cinquenta, dois, três, meia nove três; transferências do Estado, setenta e oito milhões, quinhentos e setenta e dois oitocentos e oitenta e dois, sete dois, perfazendo um montante de cento e doze milhões, trinta e um mil, quatrocentos e oitenta e um reais e quarenta e cinco centavos; o próximo quadro era a Receita de Impostos, na base de aplicação da Saúde, então, dentro daquela Receita de Impostos tiveram a Secretaria de Saúde, empenhos liquidados de dezesseis milhões, dois nove, nove, sete, sete, quatro oito quatro; empenhos liquidados da ASAMAS de vinte e cinco milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa reais, menos os auxílios e transferências, dois milhões, quinhentos e oitenta, meia nove dois sete um, total aplicado de trinta e nove milhões duzentos e dezenove zero setenta e dois e treze e representando trinta e cinco zero um por cento da Receita de Impostos e Transferências; o quadro de aplicação na Educação a base de cálculo também de cento e doze milhões zero trinta e um quatrocentos e oitenta e um e quarenta e cinco, total de empenhos liquidados da Educação, quarenta e dois milhões, novecentos e trinta e seis mil, quinhentos e noventa e nove meia um; o valor retido do FUNDEB, dezessete milhões novecentos e quarenta e dois quatrocentos e noventa e um e quarenta e oito, menos os auxílios de transferências de vinte e três milhões, novecentos e setenta e seis oitocentos e catorze zero cinco; total aplicado no Município de trinta e seis milhões novecentos e dois, dois sete, sete zero quatro, representando trinta e dois vírgula noventa e três por cento da Receita de Impostos; o próximo quadro era da Aplicação do FUNDEB, receberam até abril quinze milhões cento e noventa e dois, duzentos e cinquenta e três meia quatro, os rendimentos, dois mil cento e setenta e três zero cinco; total das Receitas quinze milhões cento e noventa e quatro, quatrocentos e vinte e seis meia nove; disse que aquele total aplicado era o total que tinha empenhado, poderiam perceber que estavam com doze ponto quarenta e três por cento maior empenhado do que a Receita que receberam e que dava dezessete milhões zero oitenta e um zero trinta e nove oito cinco, a Aplicação no Magistério, no mínimo, de sessenta por cento, tinha empenhado cento e quatro ponto cinquenta e dois por cento e a primeira vez que trouxe o valor pago do FUNDEB, porque lá ficava muito claro para eles que parte daquela despesa que estava empenhada no FUNDEB, e o FUNDEB não conseguia pagar nem a folha de pagamento dos professores, então, eles pagaram noventa e dois e o restante iria ser pago no salário de maio, e aqueles doze por cento mais quatro que dava quase dezessete por cento, era o total que iriam ter de aplicar reajustando de empenho para aplicação nas fichas que entravam como vinte e cinco por cento na Educação, porque ela não poderia empenhar nem liquidar um valor maior do que ela recebia do FUNDEB; disse que tinha um relatório que era o SIOF, que era um relatório de informações que era acompanhado igualmente o SIOF da Saúde, onde tinha de colocar lá o nome dos professores que recebiam daquele recurso, se fosse uma situação inversa que chegasse no final do ano e não conseguisse gastar os noventa e cinco, tinha de dar um bônus para os professores, então, era a

f. J. W.
7



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

primeira vez que ela levava a realidade mesmo, no valor recebido do FUNDEB não cobria nem a folha, se tivesse um retorno daquele FUNDEB que fosse suficiente para pagar os professores no valor de sessenta por cento, eles poderiam pagar qualquer tipo de despesa com os outros quarenta por cento, qualquer reforma de escola, poderia ter até uma parte para investimento na Educação, mas o deles não cobria nem a folha, nunca cobriu e ela levou aquela realidade até para tirar a questão daquela dúvida, porque as pessoas ligavam para ela e falava que tal município tinha abono e em Jaguariúna não tinha abono, mas era, realmente, porque o retorno do FUNDEB não cobria a folha; disse que daquele total aplicado teria que, parte dele no decorrer do ano, iria pagar para escola e da creche, sem a utilização do FUNDEB, tinha de pagar com o Tesouro, então, atualmente, tinha noventa e dois por cento pago com o Recurso; disse que começava a policiar o empenhamento daquela folha, porque o Tribunal ia lá, gozava os doze mais os quatro e perdiam aquela aplicação real na Educação, ele não queria saber se não poderia empenhar e pagar mais do que vinha o recurso, porque ele era para X, o SIOP, no ano corrente, teve uma modificação que até o ano passado ele não tinha de descrever um nome para os professores e, atualmente, eles tinham, além de declarar os valores contábeis de acordo com a classificação, de acordo com a sub função, era tudo infantil e, atualmente, era tudo separado e eles tinha de colocar lá, então, tinham de trabalhar os professores que entraram com o FUNDEB e pagar porque tinha de fechar dezembro ou, no mínimo noventa e cinco ou cem por cento batido, e a diferença era recurso próprio do Tesouro; falou dos Créditos a Receber e ela falava que aquilo era mais do que um casamento, a Dívida Ativa, e em trinta e um do doze tinham apurado o valor de setenta e cinco milhões quinhentos e cinquenta, quatrocentos e onze e vinte e oito; disse que estavam na fase de migração do sistema e passaram pela fase de implantação e estavam na fase de conferência e até o Vereador Bozó pediu para que eles levassem aberta aquela dívida para conseguirem visualizar o que era IPTU, o que era tarifa de água e esgoto, aquela classificação estava sendo conferida pelo Departamento de Tributos, porque o novo sistema pegou diretamente da AUDESP e eles passaram por várias migrações, naquele meio, na questão de ir para a FIORILLI; sair da FIORILLI, entrar na PRESCON, sair da PRESCON, então, eles estavam conferindo desde reajuste de Dívida Ativa até aquilo que estava prescrito, o que não estava prescrito e separando por tributo para poder trabalhar aquela dívida, a questão do departamento da Dívida Ativa, então, ela não trouxe separado e ela já deu um prazo para a empresa, então, aqueles setenta e cinco tiveram pagamentos no valor de um milhão duzentos e setenta e um, um oito nove dois meia dois; havia alterações a maior de cinco milhões seiscentos e oitenta e oito seiscentos e oito e oitenta e quatro e o saldo era de oitenta e um dois três nove zero vinte e dois e que estava sendo conferido naquele momento; disse que ela acreditava que ocorresse uma variação, ela achava que um pouquinho a maior, mas não tanto de quando eles puxaram direto do relatório sem a prévia conferência, porque eles conferiram até uma parte e não finalizaram; Bens Móveis, em trinta e um do doze de dois mil e dezessete, vinte e oito milhões novecentos e cinquenta e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

um oitocentos e vinte e nove meia três; alteração maior de um milhão duzentos e dezoito um nove três oitenta e dois, e o saldo em trinta do quatro de trinta milhões cento e setenta zero vinte e três e quarenta e cinco e bens imóveis trinta e cinco milhões era o saldo de dois mil e dezessete, quatro sete meia oito zero um sete meia, alteração a maior de quatro milhões novecentos e setenta e um, quatrocentos e quarenta e oito mil duzentos e noventa e dois meia oito; a seguir, a senhora Presidente agradeceu a senhora Secretária e disse que, naquele momento, teriam a possibilidade dos Vereadores fazerem perguntas, e teriam cinco minutos e a platéia, quem quisesse participar, era para procurar pela Daniela que estaria anotando os questionamentos, para que a pessoa também fosse na tribuna fazer a pergunta; a seguir, pediu a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo que, primeiramente, cumprimentou a todos que compunham a Mesa, desejando boas vindas à Secretária, principalmente, por estar lá para tratarem de um assunto tão relevante que eram as finanças do Município para terem um panorama real, concreto do que o Município arrecadava, quanto gastava para a população ter aquele conhecimento e acompanhar as contas públicas, onde estava indo o dinheiro dos impostos do contribuinte municipal; disse que a primeira pergunta dele seria com relação ao contingenciamento federal, que estava acompanhando pelas mídias que o Governo Federal estava com um programa de contingenciamento de gastos dos setores e aquele contingenciamento estava repercutindo na mídia nacional, especialmente, com algumas áreas essenciais e ele gostaria de saber se aquilo afetava o Município, se tinha dado algum reflexo para o Município ou se aquilo não iria afetar a relação com o Governo; a Sra. Secretária Cristina Serra disse que ela acreditava que havia, sim, e que eles corriam o risco de serem afetados, estavam até prevendo aquele contingenciamento e também para eles estavam contingenciando as Despesas e no Orçamento do Município procuraram colocar a parte de transferências, tanto federais e estaduais, para investimento aquilo que já estava em andamento e que foram pegos de surpresa, a questão dos Restos a Pagar dos outros níveis de Governo, em que eles, simplesmente, deram um prazo para que aqueles recursos, aquilo que estavam até previsto em Orçamento, que acreditavam ter o ano todo para executar; colocaram um prazo que eram os restos a pagar deles, que tinham de licitar até final de maio se ela não se enganava; então, foi uma verdadeira loucura dentro da Prefeitura para legalização de documento, se era uma pavimentação, se tinha desapropriação, se não tinha e correndo atrás de tudo aquilo para que não sofressem o impacto de perder aquilo que já estava programado para eles e, de primeira vista, eles não iriam perder aquilo que estava previsto no Orçamento para investimento; disse que a questão de custeio, naquela semana mesmo, ela foi procurada pela Secretária de Assistência Social que, até então, os programas, que vinham de lá da Secretaria, específicos que eram de interesse público, repassados para a população, eram programas continuados, então, havia a exigência, a visão do Governo Federal era: ele mandava recurso para o Município e se o Município apresentou um projeto para ele, o programa era continuado, e o Governo ia lá e fazia a conferência que o

W. Tozzi
9



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Município não gastou o dinheiro que ele havia repassado em abril e aquilo queria dizer que o Município tinha condições de tocar o projeto sem o recurso dele, e aquilo era a nível anual, tanto que tiveram um aumento através da consultoria, foram muito bem orientados e tiveram um aumento daquela arrecadação para aqueles projetos da Assistência Social, do exercício de dois mil e dezoito, porque em dois mil e dezessete conseguiram regularizar muitas coisas; disse que, no dia anterior, ela foi procurada, porque a Secretária de Assistência Social recebeu um comunicado que, atualmente, aquele acompanhamento seria mensal, então, se não gastou naquele mês, no próximo mês não vinha mais o recurso, o valor já não era alto, era baixo, eram projetos que eram efetuados dentro dos CRASs, dos CREASs, e não tinham aquela preocupação de gastar o total daquele mês, então, era feito um projeto para o mês de abril e ia custar X, se eles guardassem um pouquinho do dinheiro para custear aquele projeto, acabou, então, se não gastasse em maio não recebia, ela achava que aquilo era uma medida, uma estratégia de contingenciamento dos Governos Federal e Estadual e que o Município teria de se adequar; disse que ela acredita que os recursos para a Saúde, aqueles recursos do SUS que eram transferências fundo a fundo, iriam caminhar na mesma diretriz, não iriam poder deixar o dinheiro em conta; disse que tinham um convênio da Assistência Social que era um único convênio que poderiam comprar material permanente; disse que iriam soltar o processo de licitação para a compra de um veículo, só que se aquele pedido não saísse o Município não receberia mais o recurso para um projeto continuado, não poderia ter um montante guardado; se aquela licitação não saísse, não conseguiriam receber recurso até o final do ano; então, além dele bloquear, ele estabelecer prazos, ele estava mudando as regras da maneira que o Município tinha de gastar, não só em que poderia aplicar mas, a periodicidade daquela aplicação, que estava ficando mais curta, e eles já tinham aquele entendimento, mas se tinham o recurso de dez mil e gastasse nove, deixando mil para complementar o próximo mês, talvez para custear um outro projeto, a partir daquele momento não poderia mais, se o dinheiro parou na conta, recebeu três, tinha de gastar os três, senão, os três no próximo mês não vinham mais, e ela acreditava que, também, para não cortar da Assistência Social que caía diretamente para as pessoas, aos jovens e adolescentes, as oficinas que tinham, para que não cortassem, eles trouxeram aquela regulamentação, e se analisassem friamente apresentariam um projeto continuado para custeio, então, se estava executando aquele projeto e não estava gastando o dinheiro dele, poderia custear pelo Município, então, de uma forma ou de outra iria refletir, sim, ela acreditava que a Saúde iria caminhar para a mesma linha, então, além de correr atrás para não perderem o que tinham nas mãos, iriam ter de policiar tanto como aplicar e a periodicidade daquela aplicação, ela tinha de ser regular; disse que tiveram um questionamento que ela não se lembrava se foi em dois mil e quatro, há muitos anos atrás, na época que tinham o CONDEPE, o recurso de lá, ela teve de ir até São Paulo para justificar o recurso que ficou parado na conta por oito meses, daí chegou novembro e fez uma compra enorme e a moça olhou para ela e perguntou se distribuíram para a família;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

disse que não era aquela a função do projeto, então, ela acreditava que eles estavam regulamentando alguma coisa que era uma linha solta, mas, de certa forma, tinham de ter um contingenciamento, tinham de utilizar o recurso dentro do período que ele determinasse, iria refletir, a questão de não perder o recurso para projetos continuados era o acompanhamento rigoroso do Secretário do Recurso que ia aplicando dentro daquilo que ele apresentou de projeto, porque ele tinha de prestar contas porque estava cadastrado lá, senão perderiam o recurso, sim; o Sr. Walter disse que tinha mais uma pergunta, na sequência do mesmo assunto para complementar, e que ela tinha respondido a questão dele de contingenciamento federal e já deu uma introdução na questão do contingenciamento municipal, era onde ele iria alicerçar a sequência da pergunta dele; perguntou se naquele contingenciamento municipal, diante das prerrogativas que o Governo Federal estava fazendo e também os Municípios sofriam um impacto direto naquela perda de arrecadação em alguns momentos, lembrando que tinham um quadro que foi apresentado lá de uma aumento de arrecadação até abril de ICMS, se ele não estava equivocado, mas depois havia um cenário lá que já preocupava que já era o mês de maio, qual era o percentual que o Município iria contingenciar de despesa da sua Administração como um todo e se aquilo afetaria todas as Secretarias, e se aquele contingenciamento no percentual que a Secretaria respondesse, se ele iria afetar os serviços públicos prestados para a população, se a população sentiria na pele aquele tipo de contingenciamento e se aquilo iria atrapalhar o andamento da máquina pública; a senhora Cristina Serra disse que o Executivo tinha feito reuniões com cada Secretário, porque diante de um cenário não poderiam arriscar só parar nas prioridades, então, era a prioridade da prioridade, e que, falando da Saúde, o saneamento, eles sabiam o gargalo que era, era a água, então, não tinha condições, atualmente, de pegar aquele contingenciamento e estender e dizer que não ia construir a estação de tratamento de água, não poderia mexer naquilo, então, já estava previsto em Orçamento, daí não iria mexer, todo o produto de tratamento de água, não poderia mexer; famílias que eram beneficiadas pelo decreto do aluguel social não poderia mexer; a vulnerabilidade também não poderiam mexer; um primeiro foi feito em torno de vinte por cento e ela acreditava que eles não conseguiriam contingenciar os vinte e, na Secretaria dela, ela já tinha a diretriz do que iria contingenciar, fizeram algumas reservas e prenderam a dotação e ela não estava sendo a pessoa mais querida do secretariado como um todo, porque ela prendia a dotação mesmo e conforme a necessidade que ela ia liberando no sistema; disse que, atualmente tinham uma ferramenta onde o gestor da dotação, mesmo considerando aquele contingenciamento, ele não poderia liberar a dotação e ele não poderia fazer nenhuma solicitação nem de licitação, de processo licitatório, de qualquer ação que ele quisesse fazer, se ele não tivesse dotação orçamentária disponível; então, se ela começava a ter a dotação disponível e uma queda de arrecadação e ela liberar para o Secretário, era uma mudança cultural, ela confessava que era cultural, ficava como Finanças controlando a dotação do secretariado, aquilo não era, Finanças controlava o finanças; implantaram

[Handwritten signature]
11



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

naquela semana e que já estavam em treinamento com o pessoal do departamento de Planejamento Orçamentário e Financeiro porque no momento eles tinham o quê? Tinham o sistema que controlava, as audiências que controlavam, o quê? O que já havia acontecido, só que aquilo não era suficiente, entrando no contexto do contingenciamento, então, o Secretário iria dizer que precisava comprar, por exemplo, precisava comprar um servidor, então, aquele sistema, eles já estavam alimentando, a parte da Receita já estava no final e já foi pedido para o Secretariado e eles iriam dizer quanto iriam gastar, mês a mês, então, ela iria poder comprar um servidor? Supondo que ela iria olhar o comportamento da arrecadação, iria já computar o contingenciamento da arrecadação financeira, considerando o que ela tinha para pagar, o que já tinha contratado de serviço continuado e aquele servidor era uma despesa extra dentro daquilo que ela tinha contratado; que mês que ela iria fazer aquela aquisição para que ela tivesse a finanças para pagar? Então, seria assim, naquele mês o custo fixo era "X", iria arrecadar "X", poderia comprar, porém, naquele mês, não, teria que aguardar; então, aquele sisteminha iria permitir que se fizesse, além de prender a dotação, ela não podia parar, por exemplo, a Educação, ela tinha algumas despesas dentro da Educação em que ela não podia contingenciar, transporte escolar, merenda escolar, dias letivos, era impossível dizer que não teria merenda porque ela contingenciou as Despesas, ela não podia, porém ela podia, na hora em que tivesse uma requisição do almoxarifado, de um departamento, de uma caixa de caneta, ela iria pedir para o Chefe de Divisão dela para ligar e perguntar quantas pessoas trabalhavam naquele departamento, se eram três pessoas, iriam mandar três canetas, porque ela tinha uma ata para o almoxarifado dela, o Chefe de Divisão iria olhar na prateleira e dizer que não tinha mais canetas e que iria pedir caneta mas, cada departamento tinha o almoxarifadozinho dele que ela não sabia com quantas caixas de canetas (naquele momento a Presidente da Comissão disse que tinha mais trinta segundos para responder), então, o contingenciamento iria ser feito mesmo, seria feito, ela não acreditava que conseguiria na faixa de vinte, não acreditava que conseguisse (naquele momento, a Sra. Presidente da Comissão pediu desculpas por interromper porque estava estabelecendo cinco minutos); naquele momento, usou a palavra o Vereador Walter Luis Tozzi de Camargo dizendo que não tinha acabado o prazo dele de cinco minutos e que ele queria fazer a última pergunta e finalizar a participação dele; com relação aos números que foram apresentados, tinha quarenta e um por cento, aproximadamente, de folha de pagamento, mais trinta e cinco por cento aplicados em Saúde e mais trinta e três por cento aplicado em Educação, em números aproximados e arredondados, com aquela dificuldade que teriam do contingenciamento e com aquele cenário econômico nacional não sendo favorável, ele perguntou se existia algum risco em prejudicar os investimentos já lançados e aplicados naquelas duas áreas de Saúde e Educação, sendo uma meta e proposta do senhor Prefeito trabalhar em ampliação de Postos, construção de creches que estavam em andamento com aquilo e a última, para finalizar, era com relação à folha de pagamento, se haveria algum impacto direto no servidor, na rotina do trabalho dele com relação à horas



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

extras, com relação a outros tipos de benefícios que acabavam recebendo por trabalhar um pouco mais em virtude do quadro de servidores ser reduzido; usou a palavra a Sra. Secretária de Administração e Finanças dizendo que tinha uma Despesa com Pessoal de quarenta e quatro por cento, porém os percentuais de Saúde e Educação estavam incluídos os servidores daquelas áreas, dentro dos quarenta e quatro tinham os servidores da Saúde, servidores da Educação que estavam implícitos naquele total de quarenta e quatro; na questão de horas extras dos serviços que eram finalísticos, não tinham condições, como mesmo foi falado, principalmente, na área de Saúde e Educação mas a área Administrativa, no momento, só era autorizada horas extras com justificativa do trabalho que foi executado, com a solicitação do Diretor e a comprovação do trabalho, então, dentro daqueles percentuais não tinham condições de liberar horas extras para todo mundo, aquilo era fato, aquilo era fato, eles não...iriam conter mesmo, então, o servidor iria dar conta do trabalho dele, iria contratar o mínimo possível porque não tinha, estavam naquele período de instabilidade e teria que ter muita prudência e, nos quarenta e quatro tinha parte dos trinta e parte dos trinta dentro dele, também; a seguir, pediu a palavra o Sr. Afonso Lopes da Silva que desejou boa noite a todos, a Cristina Serra – Secretária de Finanças, Cássia, Bozó também da Comissão de Orçamento, o Presidente e os presentes; na verdade ele queria fazer uma pergunta ligada na questão, por exemplo, da ASAMAS, ele lembrava que no começo da gestão tinha uma dificuldade não só de repassar, tinham uma dificuldade de informações, um conflito de informações que precisava da ASAMAS, na verdade, aquelas informações não eram ou repassadas do jeito que queriam e tinha aquela dificuldade, porque só iria repassar se a pessoa desse uma satisfação como foi o último repasse, ele queria saber dela se aquilo tinha melhorado, porque ele sentia na questão das finanças dentro da Associação estava outro clima, ele queria ver se aquela relação tinha melhorado porque estavam conseguindo, também, além daquilo, fazer o repasse sem problema, pelo menos a impressão que eles tinham da Câmara; com a palavra a Secretária Cristiana dizendo que melhorou e muito, eles prestavam contas mensalmente na questão da parte de finanças, foram criadas duas comissões na Secretaria de Saúde para acompanhamento daquele contrato; então, aquela prestação de contas que ela acreditava que estava, se não tinha acontecido aquela vitória e a conferência quadrimestral mais ainda assim, o relacionamento tinha melhorado, a questão da transparência, ela poderia dizer que foi uma luta no início e considerava uma vitória no momento; o canal ficou muito mais próximo, até porque, entrar na lei do marco regulatório se não fosse tudo transparente, aquela prestação de contas passava por duas comissões, então, tinham mais segurança se estava mais fácil ou difícil de repassar, era o que ela tinha falado, honrava o contrato; a primeira avaliação quadrimestral era que eles iriam entrar no percentual da execução de serviços e iriam receber conforme os serviços prestados, mas no contrato era quadrimestral e apresentavam mensalmente para a Presidente daquela comissão e que estava muito melhor, muito próximo, um relacionamento assim, poderia dizer que era completamente diferente, estava muito bom o relacionamento; a Sra. Cássia - Presidente



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

da Comissão, agradeceu a Secretária perguntando se mais algum Vereador queria fazer pergunta; naquele momento, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que desejou boa noite ao Presidente, à Secretária, e a todos, na realidade ele queria fazer uma sugestão que foi da Dívida Ativa e que iriam fazer outra, naquela semana, até o Silva estava presente, tiveram a Audiência Pública da Saúde e até tinha solicitado para ele, se fosse possível, a mesma sugestão que faria para ela, e passaria para eles também, era porque aparecia para eles a Receita Quadrimestral, Despesa Quadrimestral, então, seria importante se tivesse um comparativo do quadrimestre, não o anterior, mas falando do primeiro quadrimestre de dois mil e dezenove, um comparativo com o primeiro quadrimestre de dois mil e dezoito, porque poderiam estar acompanhando a evolução da Receita como da Despesa, seria mais uma coluna, seria interessante estar colocando aquilo; era bom que falasse, também, quando aparecia, tanto da Receita quanto da Despesa Quadrimestral e depois aparecia a Receita Corrente Líquida, Despesa com Pessoal que eram quatro meses depois...naquele momento, a Sra. Secretária disse que eram oito retroativos; voltando à fala, o Vereador disse que na Receita Corrente Líquida e a Despesa com Pessoal aparecia com doze meses, então, a princípio quando a pessoa olhava primeiro quadrimestre, cento e vinte e nove milhões daí olhava Despesa com Pessoal, entendeu? A Sra. Secretária disse que acabava havendo um conflito de entendimento de Receita, da Despesa com Pessoal e com a Despesa com Percentual; voltando à palavra, o Vereador disse que a pessoa que já conhecia, já sabia que tinha aquela diferença mas; a pessoa que não conhecia ficava; A Sra. Secretária disse que poderia trazer a composição, disse ao Bozó, da Receita Corrente Líquida aberta de que mês até que mês, como era publicada; voltando à palavra, o Vereador disse que só estava falando porque a pessoa olhava a Receita Arrecadada, cento e vinte e nove milhões, ele não lembrava dos números, cento e quarenta e dois milhões com Despesa de Pessoal, como podia, tanto o Pessoal quanto a Receita Corrente Líquida era o acumulado de doze meses, demonstrado no quadrimestre, era só do quadrimestre; outra coisa que era importante colocar o que foi visto em relação ao percentual, em relação à Educação sobre os impostos, trinta e dois vírgula noventa e três por cento, o mínimo era vinte e cinco, na Saúde, trinta e cinco zero vírgula um, quinze por cento que era o mínimo; e outra observação que foi falado sobre o FUNDEB, o Município contribuiu, no primeiro quadrimestre, dois milhões e setecentos mil reais a mais do que recebeu do FUNDEB; a Sra. Secretária disse que acabavam custeando a Educação de outros municípios, na hora da distribuição "per capita"; naquele momento, com a palavra a Sra. Cássia dizendo que era o sistema de como era feito no Brasil; voltando a palavra à Sra. Secretária dizendo que acabava ajudando os outros; com a fala, novamente, o Sr. Luiz Carlos de Campos que disse que era a coisa mais justa que tinha porque a Educação era a coisa mais importante que tinha, o município que tinha mais recurso tinha que contribuir para outro que tinha menos; com a palavra a Sra. Secretária dizendo que já tiveram um período invertido, em que eles recebiam de outros municípios e que foi um ano terrível; a Vereadora Cássia



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Murer Montagner disse que aquele sistema era muito justo, o Sr. Luiz Carlos disse que no próximo quadro falaria do segundo quadrimestre, o comparativo com o segundo quadrimestre de dois mil e dezoito, daí já ficaria, porque até lá entre eles, Vereadores, às vezes, saía aquela que ele nem iria falar que seria uma discussão, mas, sim, um diálogo; a Sr. Cristina Serra disse que o segundo eles abririam aquele slide que em cima estava dois mil e dezoito e embaixo dois mil e dezenove numa mesma apresentação; o Vereador disse que se colocasse numa mesma coluninha, às vezes, colocava tanta coisa e não caberia na folha, ficaria tão pequena que, às vezes, a pessoa não conseguiria nem...ta bom; ele agradeceu; a Vereadora Cássia Murer Montagner agradeceu ao Vereador e que a Cristina já havia falado sobre as colocações; perguntou à funcionária Daniela se tinha algum questionando da platéia e, também, do público de casa; não tendo ninguém, sobre aquilo, ela gostaria de dizer que era a primeira audiência pública que faziam naqueles moldes, disse à Cristina, então, ela achava que era uma coisa que deveria aos poucos, como uma questão cultural como se falava, e que as pessoas em casa iriam passar, disse ao Waltinho, a ter uma participação maior e que eles não ficassem decepcionados naquela noite por não ter tido uma participação grande mas, era para espalhar aquilo porque as audiências iriam ter aquele modelo, porque ela achava muito mais democrático e poderiam avançar muito mais com relação aquilo; naquele momento, o Vereador Luiz Carlos de Campos pediu para fazer mais uma observação como a Cássia havia dito, como tinha o pessoal que estava acompanhando até seria interessante, analisando os números depois e que deveria estar na página da Câmara, ele acreditava, ele achava que poderia, o pessoal encaminhar as perguntas e encaminhar para a Secretária; a Vereadora Cássia disse que até poderia ser um ato contínuo, as pessoas poderiam continuar perguntando, ela achava aquilo muito interessante; o Vereador Luiz Carlos de Campos deixou mais uma observação, somando os percentuais de Pessoal, Educação e Saúde passava o cem por cento, porque que passava? Porque tinha Despesa com Pessoal que estava dentro, estava no percentual da Saúde, por isso que não poderia fazer aquela soma, porque senão poderia falar que estava gastando mais de cem por cento e a realidade não era aquela; com a fala a Sra. Cássia Murer Montagner dizendo que era pertinente dizer, por ela ser da Educação acabava chamando a atenção que as pessoas esclarecessem que a questão do abono não era uma vontade da Prefeitura, o abono era feito com aquele resíduo que sobraria se houvesse, só que como Jaguariúna ultrapassava, aquilo não tinha como, legalmente, fazer aquele abono, ela achava que a Prefeitura até poderia fazer o abono se ela entendesse que no Orçamento dela, geral, ela tivesse um Recurso para aquilo mas do FUNDEB, em Jaguariúna não sobrava e, às vezes, algumas pessoas poderiam induzir, também, a um equívoco naquele sentido "ah! Jaguariúna não dava abono e outras cidades davam", mas tinha um motivo para aquilo; a Secretária ressaltou que, no primeiro ano, foi dado sim, já houve abono; naquele momento, a Sra. Cássia perguntou se foi com o FUNDEB; a Secretária falou que tinha sido com o FUNDEB, e foi quando tinha mudado a regra em julho de dois mil e dezessete; a Cássia disse que tinha acontecido, infelizmente,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

infelizmente, ou por outro lado, era um sinal que estava usando toda a verba para pagar os professores, então, aquilo era uma coisa boa; com a fala o Vereador Luiz Carlos perguntando se aquele abono era dado se não atingisse os sessenta por cento; a Secretária disse que sim, se não desse o sessenta, tinha que atingir, obrigatoriamente tinha que dar o abono para o professor; a Vereadora Cássia, Presidente da Comissão, disse que, diante daquelas explicações ela ainda deixava livre mais cinco minutos para quem quisesse fazer mais alguma pergunta, ela perguntou se estava tudo bem cinco minutos ou mais alguém queria falar também, ela passou os cinco minutos para o Vereador e depois iria contabilizar para o encerramento; naquele momento, pediu a palavra o Vereador Afonso Lopes da Silva dizendo que, na última audiência, a Cristina havia falado que foi feita uma mudança até de acompanhamento das Despesas de cada Secretaria, foi nomeada uma pessoa para estar fazendo aquilo, uma pessoa mais técnica, uma pessoa que, de certa forma, estaria com mais facilidade em estar trabalhando com Despesa com a questão do Orçamento e que foi colocado como uma questão positiva, ele queria saber como estava aquilo se, realmente, estava funcionando ou se teve algum desânimo em relação aquilo; a Sra. Secretária disse que não, a pessoa até foi, por ser extremamente técnico a LDO, aquela pessoa havia participado ativamente das reuniões, ela já era uma funcionária concursada, já estava há algum tempo na contabilidade, passou por vários estágios desde empenhamento de contrato e tudo mas, sempre tinha alguma dúvida porque aquilo mudava o tempo todo, a AUDESP mudava o tempo todo, se tivesse um erro de aplicação batia e voltava, então, ela faria os dois acompanhamentos, ela participou, ativamente, da elaboração da LDO, alimentava o sistema e, no momento, estava alimentando aquele, uma coisa era fazer o Orçamento, outra ver o fato já concluído e pensar lá na frente, então, ela já estava fazendo, inclusive ela só mexia com aquilo, só, então, ela participava ativamente; disse que a LDO ela iria fazer a Lei Orçamentária de lá e já estaria preenchendo as tabelas; já foi solicitado para cada Secretário a questão das despesas para comparar, mensalmente, por exemplo, quanto iria entrar em junho? Qual era o custo fixo em junho? Daí falava para o Secretário que não podia fazer ou, aquilo poderia fazer mas, só em novembro, aquela pessoa só estava fazendo aquilo, disse ao Silva, somente, e quem havia finalizado a LDO foi ela, algumas reuniões a Secretária havia participado, mas quem finalizou foi a funcionária mesmo; pediu, novamente, a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo dizendo que, para concluir os trabalhos ele queria parabenizar a Comissão pela condução daquela audiência, ele sabia que numa sexta-feira não era fácil discutir assuntos, mas era de alta relevância para o Município, até porque estavam tratando, disse à Secretária, de como era gasto o dinheiro que era cobrado dos impostos da população; ele gostaria que aquela Casa estivesse completamente lotada porque seria tão importante para eles, mas com os recursos das redes sociais e da internet estava disponibilizando aquele vídeo, então, quem quisesse assistir depois, poderia acompanhar as discussões, questionar o assunto que estavam tratando lá, ele gostaria que mais Vereadores pudessem estar presentes, infelizmente, cada um com os seus compromissos pessoais mas,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

mostrava lá que aquela Casa trabalhava muito, trabalhava com transparência, trabalhava buscando cada vez mais levar a informação à população, fazendo o papel constitucional que era de fiscalizar, de acompanhar os gastos do Executivo e acompanhar onde era gasto o dinheiro que era arrecadado pelo município de Jaguariúna e os projetos que eram aplicados lá; então, ele gostaria de fazer as últimas considerações naquele sentido, primeiro parabenizando a Comissão pelo empenho e dedicação naquele trabalho, a Secretaria de Finanças pela condução de tudo que vinha sendo feito na área financeira do Município, com responsabilidade, com ética e profissionalismo, a administração do Prefeito Gustavo Reis que buscava cada vez mais aquela transparência em levar a informação à população e trazer, sim, um Governo participativo onde poderia interagir com as metas e objetivos; disse que ele queria parabenizá-los e a todos que acompanhavam, também aquele canal estava aberto para qualquer tipo de questionamento; agradeceu, desejando boa noite; a Sra. Cássia Murer Montagner agradeceu o Vereador e perguntou à Secretária se ela queria fazer mais alguma colocação e depois ela encerraria; a Sra. Secretária Municipal de Administração e Finanças, Cristina Rossi Serra disse que tinha sim, porque, na verdade, todos os questionamentos que o Vereador Bozó, as sugestões que foram dadas por ele, ela já havia colocado, anotado os comparativos de dois mil e dezoito e, na próxima audiência das metas, todos os dados que ela pudesse montar o comparativo iria montar de todos e entrar como aquela forma de condução da sessão, a questão da transmissão da Sessão, ela iria entrar um pouco mais tecnicamente, de uma maneira didática para quem entrasse na internet entendesse a composição conceitualmente, o que era cada um porque era novidade para muitas pessoas, como o Vereador mesmo havia colocado, tinha alguns passos da audiência em que ela havia passado porque já estava apresentado, tecnicamente como funcionava, mas, considerando a nova forma de transmissão, ela achava muito válido ela entrar um pouco mais na parte técnica e o comparativo do máximo que pudesse, porque o ano, o exercício anterior não tiveram aquela oportunidade, então, as pessoas não estavam presentes e agora de casa poderiam acompanhar um exercício e o outro exercício, e que na próxima audiência ela prometia que entraria profundamente na parte conceitual para que a pessoa que estivesse em casa tivesse a oportunidade de saber o que havia acontecido, o exercício passado, saber o que estava acontecendo no momento e de que forma a composição de cada cálculo, de uma maneira didática, sem que tivesse um livro onde pegaria a parte teórica; ela agradeceu mais uma vez; naquele momento a Vereadora Cássia Murer Montagner agradeceu a Secretária por aquela consideração, porque aquilo era um respeito ao cidadão e ela achava que deveria avançar naquele sentido; ela queria alertar às pessoas que ainda não tinham assinado o livro de presença, estava na entrada e que poderia dar por encerrada a audiência; ela agradeceu todos os presentes, agradeceu aos Vereadores presentes, a população, demais Secretários e funcionários que estavam presentes e agradeceu imensamente a Secretária pelos esclarecimentos; agradeceu a todos e encerrou a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada

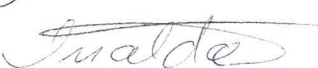


Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

conforme, vai devidamente assinada pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.


Vereadora Cássia Murer Montagnér
Presidente


Vereadora Inalda Lúcio de Barros Santana
Vice-Presidente


Vereador Luiz Carlos de Campos
Secretário